

## A PROPÓSITO DO TUPI DA COSTA BRASILEIRA AO TEMPO DE CABRAL

*Consuelo Pondé de Sena\**

**RESUMO:** O autor apresenta a contribuição do Professor Frederico Edelweiss a respeito dos estudos tupis no Brasil. A questão do inadequado uso da denominação língua Tupi-Guarani é analisada, assim como as dúvidas acerca do conceito de "língua geral". O texto oferece algumas informações sobre curiosos pontos da gramática Tupi, objeto de interesse das pesquisas linguísticas de Edelweiss.

Desvanecida com o convite que me foi formulado pelo Comitê Organizador da área de Arqueologia do Congresso Internacional "América 92: Raízes e Trajetórias", aqui me encontro a fim de participar deste Seminário.

Venho da Bahia, de longa tradição dos estudos Tupis, em cuja primeira capital, a cidade de Tomé de Souza, pontificaram os Mestres Jesuítas. Na condição de discípula e sucessora, a partir de 1963, de Frederico Edelweiss, não poderia eu escusar-me do dever de representar a sua Escola e de, neste ambiente propício, sublinhar a indiscutível relevância dos Estudos Tupis para a nossa cultura.

Esta se me afigura, pois, como extraordinária oportunidade para expor alguns pontos de vista defendidos pelo saudoso Mestre do Tupi na Bahia, razão pela qual se impõe que me detenha nos seus ensinamentos. São, pois, objeto destas observações as lições que me foram transmitidas em sala de aula, acrescidas daquelas auferidas nos artigos e livros escritos por Edelweiss durante a sua longa vida.

É que, se diminutos são, efetivamente, os conhecimentos do homem comum brasileiro em relação à problemática geral dos nossos aborígenes, a partir da sua própria conceituação e inadaptação à socie-

\* Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

dade nacional, mais rarefeitas são ainda as noções acerca dos idiomas falados pelos numerosos grupos indígenas no passado e no presente.

Bem justas, portanto, são as considerações de J. Câmara Jr. ao acentuar que, em face de certas impressões espontâneas, verifica-se, em nosso meio, a tendência em julgar que estão as línguas ameríndias incluídas num esquema referencial diverso daqueles em que se encontram inseridos os idiomas ditos de civilização. (1)

Por esse motivo, aprofundado a análise da questão, assinala o mesmo autor, com pertinência e propriedade, que nelas existem problemas específicos, oriundos de suas particularidades realidades. Insiste, por exemplo, em chamar atenção para as questões relacionadas com a palavra escrita, que os povos naturais desconhecem, bem assim ao fenômeno alusivo à oralidade, que eles enfatizam e, talvez mesmo, privilegiam. (2)

De outro lado, sustenta categoricamente que: “o fenômeno lingüístico é o mesmo em toda parte”, lembrando ainda que “as diferenças no âmbito indígena são apenas de ordem superficial”. (3)

Acentua, ainda, incisivamente, que a comunicação estabelecida através da fala ocorre de maneira muito heterogênea. Isto porque, ela se efetua em determinado ambiente, diante de uma situação concreta, na presença de indivíduos, condições essas que colaboram com a comunicação. Chama atenção para os determinados “processos expressivos”, que acompanham a emissão dos sons vocais e também os amparam, os esclarecem, de modo que numa comunicação que chamamos de lingüística, incluem-se importante elementos de índole extra-lingüística: a saber, a situação concreta em que o indivíduo se acha; depois, a mímica por ela utilizada, vale dizer uma linguagem de gestos (inclusive os fisionômicos), de que se acompanha a enunciação. (4)

Apesar disso, esclarece também J. Mattoso Câmara Jr., há possibilidade de uma comunicação lingüística valer exclusivamente por “si”, isto é, ser exercida, de modo exclusivo, no plano lingüístico, embora que, ainda assim, essa comunicação assuma um cunho heterogêneo. (5) É que, na emissão dos sons incluem-se, por vezes, elementos estranhos à parte comunicativa propriamente dita, a exemplo do suspiro, do riso e do soluço.

Procedidas essas superficiais e introdutórias informações, que vi-

sam a esclarecer algumas questões subseqüentes, recordemos, com o mesmo autor, que somente através da língua pode o ser humano expressar a representação do mundo em que vive. E mais, que a língua se apresenta como um microcosmo da cultura, daí sua possibilidade de exprimir tudo que ela própria contém. (6)

Não pretendendo comentar outros aspectos alusivos à linguagem humana, restringiremos nossa análise ao mais conhecido dos idiomas indígenas brasileiros, o tupi, que pode e deve ser estudado sob três diferentes aspectos, vale dizer, o tupi propriamente dito ou tupi antigo, o tupi colonial, denominado língua geral e, no norte, conhecido por brasileiro, além do nheengatu moderno, sem falar, obviamente, nas múltiplas línguas tupis vivamente exercitadas pelos índios brasileiros pertencentes à grande família Tupi-Guarani.

Vale aqui lembrar que a aprendizagem da língua brasílica, por parte de estrangeiros, teve início com as quatro pessoas aqui deixadas por Cabral quando da descoberta desta Pindoretama esfusante e tropical.

Discorrendo sobre o assunto, em inesquecíveis aulas de Língua Tupi, proferidas nos anos 50, lembrava Frederico Edelweiss que em três pontos do litoral brasileiro se fixaram verdadeiros esteios da aprendizagem, os quais futuramente iriam facilitar as relações entre portugueses e índios. Referia-se, assim, às legendárias personagens de nossa história, aquelas mesmas que ajudaram a lançar os primeiros alicerces desta nação: Diogo Alvares Correa, o Caramuru, João Ramalho e o Bacharel de Cananéia. Enfatizava, ainda, que, na época da colonização, foram os jesuítas os mais aplicados estudiosos da língua do Brasil, entre os quais, dentro de pouco tempo, se firmaram verdadeiros peritos. (7)

Mencionava o saudoso Mestre que entre os jesuítas circulavam três opiniões divergentes em relação ao tupi. Assim, nas cartas endereçadas a Portugal, os inacianos freqüentemente se referiam ao tupi, apelidando-o "o grego da terra", já o Padre Luiz Figueira da *Gramática Geral dos índios do Brasil*, editada, pela primeira vez, em 1851, portanto, muito tempo depois da *Arte da Gramática da Língua mais usada na Costa do Brasil* do Padre José de Anchieta, entendia ser o tupi uma língua suave, elegante, mas estranha.

De referência ao cronista dos jesuítas, o Padre Simão de Vascon-

celos, admira a sua delicadeza própria e facilidade, atribuindo-lhe a perfeição do grego. (8)

Aduz ainda Edelweiss que opinião demolidora em relação à língua da terra foi emitida pelo Venerável Padre Antonio Vieira que, ao apreciá-la, declarou ser a fala tão confusa que, por mais lhe aplicasse o ouvido não conseguiria entender-lhe o sentido. (9)

Penso caber, neste instante, rejeitar de uma vez por todas, o composto “língua tupi-guarani”, divulgado pelo etnólogo alemão Karl Von den Steinen e, equivocadamente, repetido por inúmeros leigos e alguns recalcitrantes estudiosos brasileiros. Desconhecedores do valioso livro *Tupis e Guaranis*, da autoria de Frederico Edelweiss, repetem a esdrúxula expressão composta, numa prova evidente da ignorância reinante em torno do palpitante assunto.

Ao Mestre dos estudos tupis na Bahia, portanto, e através da referida obra, deve se atribuir a mudança da inadequada denominação língua tupi-guarani para língua tupi e língua guarani, entendidas em sua dual caracterização. A propósito do aludido livro, tivemos a oportunidade de escrever um breve artigo, publicado na edição de 23 de janeiro de 1981 de *A TARDE*, que julgamos imprescindível transcrever em parte: “Sob esta epígrafe, publicou Frederico Edelweiss, nos idos de 1947, um substancioso livro, editado pelo Museu do Estado da Bahia, àquela época sob a sábia e operosa direção do saudoso José Valladares.”

Infelizmente, a especificidade do tema, estranhamente desconhecido, inclusive pelo público letrado brasileiro, dá lugar ao vezo de utilizar-se, indevidamente, até os nossos dias, o inadequado e injustificável “incômodo aleijão genérico” — língua tupi-guarani, como único designativo das duas línguas irmãs.

Em vista dessa desagradável circunstância, estabelecemos, como objetivo prioritário, no Curso de Estudos Tupis, que ministramos na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, a tarefa de comentar meticulosamente a primeira parte da obra, circunscrevendo, assim, nossa tarefa à análise do desenvolvimento histórico dos gentílicos “tupi” e “guarani”.

Contando com o instrumental indispensável à elaboração do referido estudo — a ampla bibliografia especializada de que dispunha,

o respeitável tupinólogo baiano, com erudição e espírito crítico, desfez, de uma vez por todas, os lastimáveis equívocos que condicionavam a errônea denominação da Cadeira de Língua — Tupi-Guarani, criada em 1933, na Universidade de São Paulo.

Nas páginas introdutórias do livro em questão, Edelweiss declara modestamente: “os estudos deste livrinho aproveitam as notas acumuladas durante muitos anos em torno a dois capítulos anexos: I- O desenvolvimento histórico dos gentílicos ‘tupi’ e ‘guarani’; II- As principais diferenças lexicológicas entre os idiomas ‘tupi’ e ‘guarani’”. Modestamente, quase a pedir desculpas pelo que supunha ousadia da intenção, acrescenta: “Tão somente isto.”

“E não pretendemos ser desbravadores — do terreno que acabamos de esquadriñar já foram resolvidos alguns trechos por outros, ainda que atabalhoadamente — comparamos os seus achados com os nossos — entretanto, se as nossas pesquisas atingiram com frequência, camadas mais profundas, talvez o devamos, sobretudo, aos instrumentos que o tempo pôs à nossa disposição”. (10)

E pensar que, enquanto superficiais comentaristas defendem, com empáfia e nenhuma substância, argumentos pouco defensáveis, um erudito, que assim não se julgava, pouco antes de expirar, dizia-nos sem pretensão: lamentavelmente, nada me tendo chegado ao conhecimento que me dê condições de acrescentar, por mínimo que seja, algo ao meu “Tupis e Guaranis” considero-o um livro definitivo.

A tal declaração posso acrescentar: nenhum trabalho sobre o assunto foi descrito, até hoje, no Brasil ou fora dele, que possa contraditar qualquer um dos veementes argumentos de Edelweiss.

Mas ainda, o volume que se constitui o carro chefe da reconhecida autoridade de Edelweiss, como o maior tupinólogo dos nossos dias, escrito com firmeza e meticulosidade, a fim de desfazer fantasiosos e enraizados conceitos ambíguos dos mestres paulistas, é hoje livro de mesa de dois dos seus maiores cultores do momento: os professores Carlos Drummon e Erasmo d’Almeida Magalhães.

Enquanto isso, por desprezo, descaso, ou mero desconhecimento dos fatos da nossa cultura, baianos de ontem e de hoje jamais tiveram, ao menos, a curiosidade de folhear essa obra que deve envaidecer a Bahia, porquanto estabeleceu uma distinção que se fazia nítida desde

o século dezesseis, mas cuja realidade era apenas conhecida por poucos ilustrados, conforme é fácil comprovar através da extensa bibliografia específica da época.

Transcritas estas informações, julgamos caber citar textualmente o Pe. Antonio Lemos Barbosa que, no prefácio do seu livro *Curso do Tupi Antigo*, sublinha a importância de que se reveste o conhecimento do idioma falado pelos índios tupis, expressando-se nos seguintes termos: “Língua vulgar prevalente nos primeiros tempos da Colônia, falada na catequese e nas bandeiras, instrumento das conquistas espirituais e territoriais da nossa história, o seu conhecimento, sequer superficial, faz parte da cultura nacional. Adotadas como ‘língua geral’ ou ‘comum’ por índios de outros grupos étnicos e linguísticos, pelos próprios portugueses e, ao que parece, até por muitos negros, tornou-se laço de união entre os vários grupos que formaram o Brasil e destarte contribuiu para fortalecer, na América Portuguesa, aquela unidade política que faltou à América Espanhola. De sua antiga preponderância são vestígios os nomes geográficos que semeiam o território nacional e as milhares de palavras incorporadas ao léxico brasileiro”. (11)

Penso dever, a essa altura, acrescentar a informação de que o tupi antigo, sobre o qual nos atemos neste momento, é, no caso, “língua morta”: Assim, seu estudo deve ser limitado aos campos histórico e filológico, de base documental.

Por outro lado, convém igualmente acentuar que os co-dialetos vivos, falados em nossos dias, podem oferecer preciosos subsídios para o esclarecimento indireto de algumas questões relativas ao tupi colonial.

De outra parte, consideramos indispensável ressaltar a improcedência das objeções lançadas contra os investigadores brasileiros dedicados ao estudo do tupi antigo. Efetivamente, não devem elas merecer guarida em nosso meio, visto ser de singular importância e significação para os estudos históricos, filológicos e etimológicos brasileiros, o cultivo da mais conhecida das línguas indígenas brasileiras.

Em abono dessa idéia, julgo merecer lembrada a opinião de uma das maiores autoridades nacionais no campo da lingüística, o professor Arion Dall’Igna Rodrigues, em artigo intitulado: Análise morfológica de um texto tupi: “Sendo o Tupi antigo (séculos XVI-XVII) uma língua morta, apenas atestada documentalmente, todo o estudo que dela se faz

há de ser baseado em documentos: gramáticas, vocabulários e textos; esse estudo é, pois, de cunho nitidamente filológico”. (12)

Fica, pois, absolutamente explícito que o tupi colonial não pode e não deve ser analisado através do método etnológico-lingüístico, procedimento que se aplica aos idiomas vivos.

Outro aspecto que merece aqui ser mencionado diz respeito à fundamental importância do léxico tupi jesuítico, conhecido como *Vocabulário na Língua Brasilica*, precioso repositório dos termos tupis antigos publicado tardiamente, em 1938, sem, cujo auxílio, conforme acentua Edelweiss, seria impossível conhecer “as formas vocabulares legítimas ao tempo do descobrimento, que representam o ponto de partida para qualquer estudo comparativo, qualquer tradução conscienciosa de textos”. (13)

A falta desse insubstituível instrumento de trabalho propiciou uma série de dificuldades na conceituação das línguas tupi e guarani como entidades autônomas. Disso é prova incontestada a equívoca postura adotada pelo Professor Plínio Ayrosa, por sinal o editor do referido Vocabulário que, ao criar a cadeira da Língua Tupi-Guarani, legitimou o erro cometido pelo etnólogo alemão Karl von Steinen, imperdoável no seu caso.

Ao criticar a posição científica do mestre paulista acima mencionado, Frederico Edelweiss assim explica: “mais tarde, com muito menos razão, por ser o divulgador do *Vocabulário na Língua Brasilica*, Plínio Ayrosa, primeiro catedrático de Tupi na Universidade de São Paulo, manifesta a mesma tendência de fugir a laboriosas distinções, ao perfilhar o indefensível termo língua tupi-guarani, um mistifório, onde, mais para o alívio do mestre do que do discípulo espantado, caberia tudo: o legítimo vocábulo guarani de Montoya, a forma castiça do tupi anchietano, nivelado, em condições de igualdade, ao seu estropiado descendente nheengatu, remanejado, através de séculos, por bocas estranhas.” (14)

Infelizmente, sobretudo nesse campo, tem prevalecido em nosso País as opiniões, nem sempre abalizadas, dos leigos e amadores, insuficientemente informados acerca das divergências existentes entre os Tupi antigo ou Língua Brasilica e o Brasileiro, em função de cujo equívoco utilizaram largamente o *Dicionário Português e Brasileiro*,

no pressuposto de estarem se servindo do livro básico para os estudos tupis.

Empenhado em dirimir dúvidas acerca dessa questão, o Mestre do Tupi da Bahia; Professor Frederico Edelweiss, insistiu freqüentes vezes em comentar o assunto, assinalando: “No desempenho dessa tarefa julgamos conveniente destacar o tupi original do Quinhentos duas fases de progressiva aculturação. A primeira delas, é fruto da grande miscigenação, não apenas entre índios e brancos, mas também por efeito do aldeamento conjunto de índios de outras famílias lingüísticas com tribos tupis, segundo a praxe dos jesuítas”.

Para Edelweiss, portanto, o dialeto “brasiliano”, por ele assim apelidado, ter-se-ia formado nas populações marginais, sendo seu texto mais conhecido o *Dicionário Português Brasileiro*. Efetivamente, tal léxico recolhe expressões pertencentes ao tupi falado no Estado do Maranhão, por volta de 1700. Por isso mesmo, o autor em lide, assinala que dele surgiu, no decorrer dos anos, a segunda fase de adulteração da língua, que resultou em dialeto amplamente falado no interior do Amazonas, sobretudo no rio Negro, conhecido pela designação de nheengatu que, paradoxalmente, se traduz por “língua boa”. (16)

Convém referido que a eufemística denominação “língua boa” jamais foi falada por qualquer tribo como sua “língua” original. Julgamos indispensável ainda enfatizar, apoiando-nos nas sábias conclusões do Mestre, ter sido a língua tupi fator de máxima importância na ocupação da terra brasileira, visto que, até a primeira metade do século XVII, era ela mais largamente falada do que o idioma dos colonizadores.

De outra parte, o fato de ter sido o tupi a língua de comunicação mais extensivamente usada em nosso litoral, a ela atribui Edelweiss: “em grande parte, a integridade territorial da nossa pátria”.

Outra questão que merece aqui ressaltada, face a sua constante e injustificável repetição, tanta vez objeto de comentários por parte do tupinólogo baiano, diz respeito à errônea idéia de que o tupi antigo e a língua geral constituem uma exclusiva entidade lingüística. São suas, pois, estas considerações: “A língua geral do Brasil costeiro é a resultante do convívio dos tupis com portugueses: da camada de mestiços, crescendo no início, entre a mãe índia e o pai português”. De acordo ainda com a sua opinião, a afluência, cada vez mais crescente, de

portugueses ao Brasil, acabou por converter a língua geral num idioma esquecido. (17)

Convém aqui aludir a outro equívoco sobre o qual se tem laborado com frequência referente à má compreensão do termo língua geral, por vezes aplicado ao tupi antigo.

É que se confunde o uso da expressão “Língua geral”, segunda fase de evolução do tupi costeiro, com a generalizada em várias partes da América do Sul para designar as línguas mais largamente faladas, de que são exemplo o guarani, o diaguita, para citar apenas alguns exemplos.

Entenda-se, contudo, que as “línguas gerais” não eram faladas por todos os indígenas de uma mesma região, mas por muitos grupos, servindo como meio de comunicação entre vizinhos, consoante está no livro *Tupis e Guaranis*. (18)

Procedidas essas observações iniciais, julgamos pertinentes aludir aos mais importantes documentos coloniais tupis, iniciando este registro com a Gramática do Pe. Anchieta, publicada em 1595, sob o título de *Arte da Gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, obra reeditada freqüentes vezes.

Segue-se o *Catecismo* do Padre Antonio Araújo, de 1618, e, pouco mais tarde, em 1621, a *Gramática* do Pe. Luiz Figueira.

É de lamentar-se em tudo isso que, o *Vocabulário* anunciado em 1592, ao lado da *Gramática do Apóstolo do Brasil*, jamais foi impresso pela Companhia de Jesus. Certamente o seu uso, sob a forma de manuscrito, praticamente ficou restrito aos membros daquela ordem.

Essa circunstâncias entrou, durante muito tempo, o desenvolvimento dos estudos tupis, provocando, ademais, equívocos de indiscutível gravidade. É que, não tendo sido dado a lume o documento indispensável ao estudo da língua, recorria-se ao *Dicionário Português e Brasileiro* que, na opinião de Frederico Edelweiss, representa “uma reprodução um tanto descuidada de um manuscrito setencista, hoje incorporado ao acervo da Biblioteca Nacional. (19)

Assim, por falta do vocabulário essencial, eram compulsados léxicos guaranis e brasileiros, sem falar no inadequado *Dicionário Tupi*, de Gonçalves Dias. (20)

Notáveis desdobramentos viriam ter, no entanto, os estudos tupis

em nosso meio a partir da criação da Cátedra de Tupi-Guarani, na Universidade de São Paulo, infelizmente impropriamente assim denominada pelo seu fundador, Prof. Plínio Ayrosa, conforme aduzimos anteriormente.

Merece destacar que tal circunstância motivou o Prof. Frederico Edelweiss a tentar um diálogo com o mestre paulista acerca da impropriedade daquela designação. Obstado no seu propósito de entendimento, o tupinólogo baiano julgou necessário provar a sua tese, escrevendo o livro *Tupis e Guaranis*, sobre o qual nos referimos anteriormente.

Feitas essas observações acerca do tupi e da sua onipresença na cultura brasileira, vale assinalar que a contribuição desse idioma indígena ao vocabulário nacional fala nitidamente em favor da sua preponderância em relação aos demais idiomas nativos.

Realmente, através do trabalho paciente dos jesuítas foram introduzidos os primeiros elementos tupis no português do Brasil, ação ampliada mais tarde pelos entradistas e bandeirantes, que se incubiram de estender o seu uso pelo amplo espaço brasileiro.

Em decorrência desse fato, mesmo em áreas não tupis existem topônimos dessa origem, fato que tem ensejado errôneas notícias a respeito da presença desses grupos em regiões por eles jamais palmilhadas.

No que tange à influência do tupi no português americano foi assinalado por Jacques Raimundo como mais expressivo sob o ponto de vista do enriquecimento vocabular, sobretudo marcante no campo da onomástica geográfica. Ainda no entender daquele estudioso, foi diminuta a sua influência do ponto de vista morfológico e nula em relação à sintaxe. (21)

Exemplificando, o autor em questão realça o seguinte: “na morfologia impõe-se o emprego dos vocabulários açu e mirim”.

Efetivamente, ambos os sufixos são amplamente difundidos entre as populações nacionais, sobretudo nas áreas norte e nordeste do País. (22)

Vale acrescentar, ainda à guisa de informações, ser riquíssima a língua tupi no que se refere ao número de partículas capazes bastante de expressar: enfado, desgosto, raiva, desprezo, carinho, louvor, sau-

dade, dúvida, interrogação, certeza, meia certeza, opinião baseada na informação de outrem etc.

Por tudo isso, por vezes algumas partículas se tornam intraduzíveis para o português, valendo como significativas expressões da linguagem afetiva.

Assim, por exemplo, para se formar uma frase interrogativa, usa-se a partícula *pe*, que indica a pessoa que está falando.

Ex.: *xe pe a sem* — sou eu quem saio?

No que se refere à estrutura das palavras tupis, como aliás ocorre em muitos idiomas, o vocabulário pode resultar de um aglomerado ou mais de elementos semânticos. Cito, no caso, a expressão *ababyka-gûereyma*, composta pelos termos: *aba* + *byka* + *gûera* + *eyma*, sendo *abá* traduzido por um homem, *byka* por tocar, picar, mexer, *gûera* - sufixo do pretérito e *eyma* a negativa não. A expressão é traduzível por mulher virgem.

Outro aspecto que julgamos caber aqui mencionado diz respeito ao acervo total dos termos tupis coloniais que, à semelhança de outros idiomas pertencentes às culturas simples, não era, nem poderia ser, tão amplo quanto os das chamadas “línguas da civilização”. Como é compreensível, tais léxicos são compatíveis com os modos de vida dos referidos povos. Podemos, no entanto, assegurar que não são tão diminutos quanto normalmente se imagina.

E aqui, entendemos importante assinalar que, no caso dos povos tupis, há o registro de que o contato com uma nova realidade impunha, de imediato, a criação de outro vocábulo capaz de expressar o conceito não conhecido. Refiro como exemplo o termo *abá*, designativo de homem que, acrescido da expressão *ré* (diferente) passou a ser aplicado aos padres, tão logo os nossos índios os conheceram e entenderam ser indispensável distinguí-los dos seus semelhantes. Em lugar de denominá-los *karaibas*-branco julgaram ser preciso definir a estranha condição de que não possuíam mulheres. Na verdade, *abaré* significa homem diferente (porque não gosta de mulher).

Não podendo esgotar o assunto, tão amplo e fascinante, neste resumido texto, consideramos, todavia, indispensável completar estas abreviadas considerações, lançando mão de algumas informações referentes à língua tupi, de autoria do Pe. Antonio Lemos Barbosa.

Assim, ao assinalar algumas características do belo e eufônico idioma infere o ilustre Professor: “A língua tupi não conhece flexões. Os vários conceitos gramaticais são expressos: 1) por prefixos e sufixos; 2) pela ordem das palavras; 3) pela reduplicação do tema; 4) ou por partículas especiais. Não há artigo definido, nem indefinido. Gênero gramatical tão pouco. A distinção de sexos quando necessário, traduz-se por palavras equivalentes a “macho” e “fêmea”. Há, porém, palavras diferentes para distinguir as relações de parentesco do homem e da mulher. Assim “filho” com referência ao homem é (*t*) *ayra*; com referência à mulher é *membyra*.

A distinção leva ainda em conta o sexo do parente intermediário: tuba “tio” irmão do pai, é o mesmo que “pai”: *t* (*ibyra*) é o “irmão mais moço do homem; *t* (*yqueyra*) “irmão mais velho do homem”. (23)

Fiquemos por aqui nesta transcrição textual, a fim de que possamos, ainda, fazer especial referência à segunda conjugação tupi, objeto de importante análise de Frederico Edelweiss em face de sua singularidade e significação. (24)

Reduzindo ao mínimo as interferências deste estudioso sobre o curioso assunto, assinalemos que ao explicar o conteúdo da obra em questão, Frederico Edelweiss acentua ser o sistema conjugativo tupi de natureza mista, ocupando, assim, por sua ascendência, um espaço intermediário entre a conjugação objetiva e a subjetiva.

Visando a precisar o que se deve entender por uma conjugação objetiva, valeu-se o autor de outro idioma indígena, o cariri, extensamente falado e conhecido nos tempos coloniais.

São suas, pois estas palavras: “A conjugação subjetiva utiliza-se de um pronome sujeito exclusivamente pessoal, de uso geral ou restrito ao verbo. O pronome sujeito da conjugação objetiva, entretanto, é um possessivo puro, ou como em tupi e no cariri, um misto de pronome pessoal tanto subjetivo como oblíquo, e de adjetivo possessivo desempenhando indistintamente qualquer das três funções. Apelidamo-no de possessivo pronome.

A denominação não pode ser muito ortodoxa, mas lembra pelo menos o caráter duplo ainda associado.

Enquanto a primeira conjugação tupi pertence ao tipo subjetivo,

a segunda filia-se ao objetivo. Aquela compreende todos os verbos, esta apenas adjetivos”. (25)

E, absolutamente cômico de que o tema poderia suscitar estranheza prossegue indagando: “haverá quem, inicialmente, não admita conjugação de nomes. Mas, porque, se no tupi, tal qual os verbos, tomam sufixos de tempos e modos? Ou, será proibido consignar peculiaridades e caracterizá-las, só porque as línguas indo-européias as desconheçam”? (26)

Perfeitamente informado acerca dos avanços da Lingüística atual continua argumentando: “Por outro lado, se tudo o que, a par de pronomes subjetivos, recebe índices de tempo e modo deve ser proclamado verbo, por ventura deixará o tupi de possuir a categoria dos adjetivos pelo simples fato de, no particular, se aproximarem dos verbos”? (27)

E mais incisivo: “Inversamente, haverá quem ponha dúvida à legitimidade dos nomes neolatinos por desconhecerem a declinação”? (28)

Explicitando, ainda, o seu raciocínio acrescenta: “Erigir adjetivos em verbos, porque verbalmente melhor se transladam no português, é, pelo menos, falsear a verdade. Nenhuma palavra imediatamente precedida de *xe* subjetivo está em função verbal. Como no tupi não existe o conectivo *ser* (estar) que a segunda conjugação torna inútil, a combinação dos possessivos — pronomes com algum nome conjugado constitui uma oração nominal genuína. Isso levou a ilustrar o nosso estudo com a exposição dos diversos aspectos do predicado nominal e a rematá-lo com o seu desenvolvimento histórico de alguns dialetos tupi-guarani mais estudados”. (29)

Ainda que a sedução do tema nos tenha conduzido a tão extensa transcrição das palavras de Edelweiss, muito mais nos aprazeria tivessem os leitores a curiosidade de conhecer o mais importante dos trabalhos escritos pelo criterioso e competente Mestre.

Outro tema extensamente versado por Frederico Edelweiss durante as aulas ministradas na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras na década de 50, quando fomos sua aluna, diz respeito à conjugação relativa nominal ou do infinito.

Levando em conta o fato de que nenhum autor, até hoje, dissertou tema com mais clareza, permitindo-nos repetir as palavras do Mestre, a fim de informar acerca de como enfocou o assunto.

São suas, pois, estas observações: “Além da conjugação normal e completa dos verbos e adjetivos no presente do indicativo, que serve habitualmente do pretérito perfeito, há outra conjugação parcial que serve principalmente à terceira pessoa quando a palavra conjugada foi precedida de preposição, de advérbio e de gerúndio e ainda mais quando verbos intransitivos forem precedidos de sujeito nominal e verbos transitivos de complemento direto.

Essa forma é mais propriamente nominal porque exige também para os verbos o possessivo pronome da série *xe*, isto é o pronome independente, que no tupi serve de possessivo. O emprego dessa conjugação entende-se a todas as pessoas, embora seja comum na terceira e que, por esse fato, seja ela apelidada por Filgueira da “terceira pessoa relativa”.

Dotado de raro senso didático, Edelweiss tornava compreensível tema tão árido e árduo quanto ao que ora reportamos. Assim, explica claramente: “As características desta maneira de substituir o presente e o pretérito do indicativo consiste na sufixação dos fonemas *i* e *u* à palavra conjugada, observando-se as regras seguintes:

1ª) Em se tratando de verbos intransitivos, se o sujeito pronominal este é sempre expresso, se o sujeito for um substantivo imediatamente anteposto ao verbo e o pronome verbal cai.

Exemplo: *ebokûei* — o sentido é esse, aquele, e também-eis que, *Ebokûei Peri sou* — eis que Peri foi ou vai.

Neste caso, sendo o sujeito um substantivo anteposto ao verbo, ocorreu a queda do pronome. Mas, no caso de o sujeito ser pronominal ocorre o que se segue:

*ebokûei i xoû* — eis que ele vai.

2ª) Os adjetivos conservam-no quando separados do sujeito por qualquer complemento e perdem-no quando justapostos. Neste último caso, o adjetivo toma a forma relativa, especial, se a tiver.

Exemplo: em que o sujeito é separado do adjetivo conjugado por qualquer complemento. *Kûese* — ontem.

*Kûese Arasy nde resé i maenduari* = ontem Arasy lembrou-se de ti.

*Arasy* — é a forma tupy antiga para designar o sol, vale dizer, literalmente, a mãe do dia.

A construção acima mencionada é devida ao fato do que sendo *Kûese* (ontem) um advérbio de tempo exige esta construção especial. Se nós invertermos a posição do advérbio teremos, no entanto, o seguinte:

*Kûese nde resé Arasy i maendauri* (tendo o sujeito se colocado imediatamente anteposto ao adjetivo maenduari provocou a queda do pronome).

3ª) Os verbos intransitivos, ao contrário, perdem o pronome sujeito que, nessa construção, é da série independente, quando imediatamente precedidas de complemento direto, Porém, quando o verbo for antecedido do sujeito, ele exige o pronome.

Exemplo: *Koritei Pedro xe ruba mongetaû* — agora mesmo Pedro falou com meu pai.

*Koritei* = agora, logo depressa.

*Mongetá* = abordar, falar, discutir, discorrer (verbo transitivo).

Convém referir que sem presença desse advérbio — *Koritei* — a construção seria totalmente diversa. De outra parte, aí não ocorre o pronome *i* porque o complemento precede imediatamente ao verbo.

Vejamos outro exemplo em que aparece o pronome em virtude de o sujeito ser imediatamente anteposto ao verbo transitivo:

*Xe ruba Koritei Pedro i mongetaû.*

Fiquemos por aqui, vez que entendemos ser impossível transcrever todo o texto de Edelweiss.

Em vista disso, deixaremos de reproduzir as regras do emprego de *i* e do *u*.

Com esses comentários, damos por encerradas essas ligeiras reflexões sobre a língua tupi, expressão viva do pensamento, dos modos de vida e da cultura dos povos que, até à época do descobrimento, viviam cotidianamente em nossas paradisíacas praias litorâneas e em algumas áreas esparsas do interior do País.

Sua língua, estranhamente encantadora, não foi apenas cultivada pelos que a falavam naturalmente, pelos missionários dos primeiros momentos da colonização, pelos afoitos entradistas e bandeirantes.

Ao revés, tem sido, no decorrer dos tempos, até os nossos dias, objeto do interesse de inúmeros contemporâneos, dentre os quais, por dever de justiça, ressaltamos a figura maior de Frederico G. Edelweiss.

**ABSTRACT:** *About Brazilian coast's at Cabral period* — The author presents the contribution of Professor Frederico Edelweiss towards the Tupi's studies in Brazil. The question of the inadequate use of the denomination "Tupi-Guarany Language" is analysed, as the doubts about the concept of the "General Language". The text provides some informations on curious points of the Tupy's grammar, a field of interest on Edelweiss Linguistic research.

## Notas Bibliográficas

- (1) Câmara Jr., J. Mattoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1965, p. 11.
- (2) Câmara Jr., op. cit., p. 11.
- (3) Ibid.
- (4) Ibid. p. 12.13.
- (5) Ibid. p. 13.
- (6) Ibid. p. 16-181.
- (7) Citação do Prof. Edelweiss em manuscrito constante do seu arquivo.
- (8) Edelweiss, notas de classe.
- (9) Idem.
- (10) Edelweiss, F. *Tupis e guaranis*. Bahia, Secretaria de Educação e Saúde, 1947, Introd.
- (11) Barbosa, A. Lemos, Pe. *Curso de Tupi antigo*. Rio de Janeiro, Livraria São José, 1956, p. 11.
- (12) Ibid. p. 16.
- (13) *Vocabulário na língua brasílica*, 2ª ed. rev. São Paulo, USP Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952.
- (14) Edelweiss, F. *Estudo Tupis e Tupi-Guaranis*. Rio de Janeiro, Brasiliana, 1969, p. 8.
- (15) Ibid. seq.
- (16) Ibid. seq.
- (17) Edelweiss, F. Op. nota 10 p. 29.
- (18) Idem. Notas de classe.
- (19) Idem.
- (20) Raimundo, Jacques. *Influência do Tupi no português*. Rio de Janeiro, Mendonça Machado Ed., 1926, p. 7
- (21) Ibid.
- (22) *Pequeno vocabulário Tupi-Português*. Rio de Janeiro, Liv. São José, 1955.
- (23) Edelweiss, F. *O caráter da segunda conjugação Tupi*. Bahia, Liv. Progresso, 1958.

(25) Ibid. p. 7-8.

(26) Ibid.

(27) Ibid.

(28) Ibid.

(29) Ibid., p. 35